



ARTIGOS - ARTICLES

**Trajectoria intelectual:
contribuições na perspectiva bourdieusiana**

Natália Cristina de Oliveira¹
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
natdeoliveir@gmail.com

David Antonio de Castro Netto²
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
david.acnetto@gmail.com

Andreza da Silva Vieira³
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
deza.vieira@live.com

Como citar este artigo: OLIVEIRA, N.C. de; Netto, D. C.; VIEIRA, Andreza da Silva. . “Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº11, pp. 94-110. 2021. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir possibilidades de interpretações teóricas na construção de trajetórias intelectuais. Nossas considerações caminham em duas linhas. Explanamos, antes, a necessidade de compreensão acerca das acepções teóricas do – assim chamado – “nascimento dos intelectuais”. Na sequência, nos referimos, mais precisamente, às articulações conceituais desenvolvidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Utilizamos, ao longo desta análise, conceitos que podem ser levados em consideração a fim de

¹ Docente na Graduação e Pós Graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus Ponta Porã. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É integrante do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto Internacional (GEPHIED). Docente na Graduação e Pós Graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Lattes: lattes.cnpq.br/4887196652283041 orcid.org/0000-0003-4150-278X

² Docente no curso de História da Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR)/ Campus Paranavaí . Possui Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestrado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Especialização em História e Sociedade (UEM). Integrante do Grupo de Apoio aos Núcleos de Excelência - PRONEX (UFPR). Lattes: lattes.cnpq.br/3804719180533534 orcid.org/0000-0001-5435-6799

³Docente no curso de História do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e possui Mestrado em História (UEM). Integrante do Grupo de Pesquisas do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP/UEM). OrCID: orcid.org/0000-0001-8878-9402

apoiar a construção de trajetórias intelectuais; sendo, principalmente, *habitus*, campo e capital com o intuito de envolver e analisar ações intelectuais, bem como seus impactos na esfera social.

Palavras-chave: Nascimento dos Intelectuais. Trajetória Intelectual. História Intelectual. Pierre Bourdieu.

Intellectual trajectory: contributions from the bourdiesian perspective

Abstract: The aim of this article is to discuss possibilities for theoretical interpretations in the construction of intellectual trajectories. Our considerations go along two lines. Rather, we explain the need for understanding about the theoretical meanings of the - so-called - “birth of intellectuals”. In the sequence, we refer, more precisely, to the conceptual articulations developed by the sociologist Pierre Bourdieu. Throughout this analysis, we use concepts that can be taken into account in order to support the construction of intellectual trajectories; being mainly habitus, field and capital in order to involve and analyze intellectual actions, as well as their impacts on the social sphere.

Keywords: Birth of Intellectuals. Intellectual Trajectory. Intellectual History. Pierre Bourdieu.

Introdução

“Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (Bourdieu, 1996, p. 74).

Construir, ou reconstruir, uma trajetória é uma empreitada desafiadora. Pensar uma trajetória consiste em, necessariamente, analisar o contexto social e cultural em que o intelectual está imerso; e, por meio disso, considerar seus registros, ações políticas e contribuições. Procuramos auxiliar com esta temática indicando que, ao edificar uma trajetória, devemos ir além de um relato de fatos ocorridos em um proposto período, mas sim trabalhar nas peculiaridades dos acontecimentos, de modo a indicar relações entre o agente, grupos aos quais pertence, sociedade, e as condições que permitiram sua organização, divulgação (ou não) e impacto em determinado período.

Realizamos um balanço da produção relacionada à temática expressa, angariando redações teóricas centradas nas ciências humanas, a fim de analisar as

referências e seus direcionamentos no que tange ao debate proposto. Apontamos acepções a respeito do entendimento e concepção de intelectual e encaminhamentos às pesquisas que utilizam trajetórias. Para os estudiosos dos intelectuais, “[...]surge obrigatoriamente o problema do seu papel e de seu ‘poder’, problema que, de certa forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influídos no acontecimento?” (Sirinelli, 2003, p. 235)”. Dessa maneira, elucidamos questões a respeito da história intelectual e seus ditames partindo do pressuposto que é o historiador quem localiza e interpreta, temporalmente, no campo as informações que intersectam seu objeto de pesquisa.

Neste artigo ressaltamos apontamentos relevantes ao aporte teórico do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), que desenvolveu – ao longo de sua trajetória – inúmeras produções, envolvendo as mais variadas problemáticas que circulam em torno de, em média, 300 publicações⁴ traduzidas nas mais variadas línguas. A produção deste teórico, em campo sociológico, abriu possibilidades para produções teóricas de inúmeras abordagens nos mais variados campos científicos, literário, psicológico, cultural, econômico. Para iniciar nossas contribuições, partimos de construções possíveis à compreensão do nascimento dos intelectuais e formas de analisá-la; em seguida, apresentamos possibilidades na construção de trajetórias intelectuais com base na teoria bourdieusiana.

Construção do sentido: o nascimento dos intelectuais

Quando nos referimos ao nascimento dos intelectuais, partimos da gênese de seu sentido. Carlos Eduardo Vieira em seu texto *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual* (2008) desenvolve esta definição analisando a trajetória percorrida entre os termos *intelligentsia* e *intelectual*. Na Polônia, a palavra *inteligencja* foi popularizada com a obra *O miłości ojczyzny - On Love of the Fatherland*, do filósofo Karol Libelt, em 1844, servia para referir-se aos integrantes mais educados e distintos da sociedade. Na Rússia, o termo *intelligentsia* destacou-se devido à obra de Ivan Turgenev, um personagem culto, político e defensor das mudanças sociais. Não distante disso, Dostoiévski faz o mesmo em *Memórias do Subterrâneo* ao frisar tal conceito como parâmetro moral e político mais elevado (Vieira, 2008).

⁴ “A vasta obra de Pierre Bourdieu compreende mais de 40 títulos, além de algumas publicações importantes, como a Revue Actes de la Rechercheen Sciences Sociales (que se define como revista-manifesto e visa a construção de um novo pensamento sociológico) e a coleção Raisons d’Agir (palavra de ordem que salienta a necessidade de ter razões para agir, razões racionais, elaboradas, construídas)” (VALLE, 2007, p. 119).

Norberto Bobbio (1997, p. 120), após fazer o mesmo movimento de Vieira (2008) e apresentar a gênese do termo/conceito em vários países e locais, expõe tal palavra afirmando que intelectual

[...] derivou para o significado (ainda hoje não eliminado de todo) de antagonista do poder, ou pelo menos de conjunto de pessoas que se põem, na medida em que adquirem consciência de si mesmas como camada com funções e prerrogativas próprias, em uma posição de separação crítica de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos, e que tendem a propor o domínio das ideias – por uma ação de iluminação, de esclarecimento (de *Aufklärung*, no sentido originário da palavra) – em substituição ao domínio dos instrumentos tradicionais do poder do homem sobre o homem; e portanto, em última instância, a transformar a sociedade existente, considerada distante demais da sociedade tal qual deveria existir.

A definição exposta por Bobbio (1997), que se apresentada de forma mais generalizada, também pode ser denominada como “homem de cultura”, embora em alguns momentos tenha passado a ser utilizada até mesmo de forma pejorativa (Bobbio, 1997; Lopes, 2003; Vieira, 2008). Ao partir para a noção do conceito de Intelectuais caminhamos de encontro à observação de Campos (2015, p. 100), após relatar de forma minuciosa e esclarecedora o caso Dreyffus, ao afirmar que “[...] o episódio do capitão Dreyfus é utilizado por estudiosos para estabelecer o nascimento dos intelectuais”. Com base nesta mesma linha de raciocínio, Vieira (2008) apresenta o nascimento do conceito/significado com base no Caso.

Embora o termo circulasse amplamente no cenário cultural francês da segunda metade do século dezanove, o marco simbólico da sua emergência foi o já célebre *Manifesto dos Intelectuais*, publicado no jornal diário Aurora em 1898, e que afirmou a posição de um grupo de intelectuais sobre o *affaire* Dreyfus. O *affaire* tornou-se uma referência para a história política francesa no cenário da terceira república e produziu uma profunda comoção e divisão do campo intelectual e político francês (Vieira, 2008, p. 3, grifos do autor).

No entanto, há divergências ao pensar na gênese do conceito de “intelectual”. Lopes (2003) discute a respeito do surgimento dessa figura e em que momento da história ele tornou-se importante – se de fato na França, no século XIX, ou em outra circunstância. Questiona-se a possibilidade desse “batismo” ter nascido em torno do Caso Dreyfus. O autor articula discussões que realizam bases afirmativas de que, no século XVIII, as questões a respeito da história intelectual já poderiam ser debatidas,

afinal “[...] Voltaire foi um intelectual digno desse nome já em sua acepção presente” (Lopes, 2003, p. 39).

Não se têm registros de que no século XVIII existia o termo “intelectual”. Nesse período não se encontrava, facilmente, um grupo de eruditos engajados em entraves contra perseguições. Porém, não se pode negar que os valores já eram nítidos e expressos por muitos sujeitos, fosse por atos ou por escritos. A partir de tais relevâncias ainda é possível questionar: o que é a história intelectual, de fato? Lopes (2003, p. 42), uma vez mais, exemplificando a demarcação deste tipo de conceito, sinaliza com referência a Voltaire, que possivelmente “[...] tenha realizado obra comparável àquela de Emile Zola, e talvez até bem mais do que Zola, haja vista estar no século XVIII, em plena idade do arbítrio dos reis, da intolerância clerical e das mais variadas formas institucionalizadas de violência”. Dessa maneira, defende, assim, que o termo intelectual se aplica de forma incondicional ao “príncipe das luzes”, não faltando nada a preenchê-lo. Mas – por outro lado - contrapondo esta definição, e contribuindo para a discussão aqui apresentada, Pierre Bourdieu (1996, p. 155) assevera ser provável que

[...] Zola não tivesse escapado ao descrédito a que o expunham os seus êxitos de venda e à suspeita de vulgaridade que implicavam se não tivesse conseguido transformar, pelo menos parcialmente, os princípios de percepção e de apreciação em vigor, nomeadamente constituindo em escolha deliberada e legítima a afirmação da independência e dignidade específicas do homem de letras, com a missão de pôr a sua autoridade específica ao serviço de causas políticas.

Por isso, destaca-se o Caso Dreyffus como marca fundamental para definir o “nascimento do intelectual”. Bobbio (1997) ressalta que o termo é relativamente recente, embora o tema e o conceito sejam antigos. O fato de o conceito ter sido consolidado há mais de um século não assegura que a configuração presente já fosse utilizada anteriormente. Vieira (2008, p.71) corrobora com esta afirmativa ao relatar que “[...] a presença desses vocábulos no século XIX consolida tendências de longa duração, uma vez que as experiências políticas de Cícero, Maquiavel ou de Voltaire prenunciavam esse encontro entre sábios e esfera pública”; e, problematiza ainda o Caso Dreyffus ao discutir a presença dos intelectuais na historiografia.

As posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente compartilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer

do século passado, incidindo diretamente sobre o poder político desses agentes (Vieira, 2008, p. 74).

Campos (2015) aponta que essas representações precisam ser problematizadas. Suas produções, textos, discursos e imagens necessitam ser analisadas. Com esta indicação passamos a pensar na história intelectual que, há mais de duas décadas, foi apresentada como objeto de investigação; embora em campo de estudo não especificamente definido. Suas denominações são abrangidas por várias áreas, como: história das ideias, história cultural e a história dos intelectuais.

Ao realizar esforços a fim de definir a história intelectual com base no trabalho realizado pelos pesquisadores destacamos uma definição, de caráter amplo, elaborada por Carl Schorske (1990, p. 17) ao afirmar que é função do investigador localizar e interpretar temporalmente duas linhas que intersectam o campo de investigação. Consistem em uma linha vertical “[...] ou diacrônica, pela qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.)”. E, outra linha “[...] horizontal, ou sincrônica; através dela, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual como o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos ou aspectos de uma cultura”. Schorske (1990) descomplexifica sua definição quando esclarece que essa direção vertical é o fio à medida que a horizontal é o tecido. Para um bom resultado desta investida concebendo um produto de alto estilo é necessário que o historiador aprenda, antes, sobre fiação; e, também, considere as modalidades primitivas de seu entendimento; só assim terá um artigo de qualidade.

Silva (2003) analisa o direcionamento de Schorske (1990) apontando que a dimensão vertical é diacrônica (história) e a horizontal é sincrônica (aspectos divergentes de um mesmo conjunto, mas no mesmo momento de evolução). Para que uma análise, ou um levantamento histórico, seja feito é imprescindível que se proponha a integração no campo de investigações. Partindo dessa premissa, ao pensar em qual é o objeto da história intelectual, Silva (2003, p. 16) alega que pode ser o produto entre a “velha história das ideias” e a “nova história cultural”. De acordo com a autora, “[...] a História Intelectual oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia”.

Silva (2003) elucida três formatos de discussões: a sociológica – onde são consideradas as redes de sociabilidade, por exemplo, por meio do “campo” intelectual; a histórica – com os rituais de petições, manifestos, manifestações; e, por fim, uma análise do discurso intelectual. O contexto francês é uma referência para esse tipo de

pesquisa e valoriza duas versões de história intelectual: a obra desincorporada do texto (discursiva) e as configurações, os campos, as práticas (contextual).

Ao considerar os diferentes enfoques da história intelectual, Silva (2003) classifica, ainda, dois polos de análise: o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (por exemplo: o “campo”, na versão de Pierre Bourdieu); e, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação (formas de pensar e agir e uma determinada comunidade). Nesse sentido,

[...] a História Intelectual, tal como nós a percebemos, teria por principal pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra. No entanto, ela difere da tradicional história das ideias (na acepção francesa), que se restringe quase sempre a uma crônica das ideias e a uma justaposição cronológica de resumo de textos políticos e/ou filosóficos (Silva, 2003, p. 16-17).

A história dos intelectuais tende a favorecer a conjuntura de abordagem sociopolítica, enquanto os estudos relacionados à sociologia dos intelectuais tem sido uma preocupação do campo sociológico. Para François Dosse (2004, p. 294), a dificuldade da história intelectual “[...] é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade”. O sociólogo francês sustenta que a história intelectual só se torna fecunda ao unir dois polos: o interno e o externo. Defende que uma história que pare em frente às obras produzidas pelo intelectual e não se aprofunde é tão desconexa quanto aquela que só olha o contexto, as manifestações externas de uma vida. Ou seja, ambos os reducionismos empobrecem.

Dosse (2004) trabalha com a hipótese de que há um atrito entre a história das ideias e a história cultural e entre estas duas nasce a história intelectual que, por sua vez, consiste na explicação interna e externa dos fatos. Instala-se numa perspectiva não reducionista, num rumo para além daquilo que foi dito, ou escrito, analise-se também de onde o sujeito fala a partir de que conjuntura temporal o fato se desdobra.

Lacerda e Kirschner (2003) narram sobre a importância do contexto nas pesquisas relacionadas à natureza intelectual no que tange a uma história de “ideias”, principalmente quando nos referimos ao vocabulário, ao comportamento poético, religioso, filosófico e até mesmo coloquial. Seguindo a lógica apresentada pelas autoras nenhum historiador deve deixar de considerar o tempo e a linguagem, pois são as marcas mais evidentes e expressivas de um período. O contexto é uma construção

constante e na história cultural aborda processos simbólicos e representações coletivas em espaços populares e necessariamente demarcados.

Falcon (2006) apresenta, em seu texto *História cultural e História da Educação*, um balanço historiográfico da história cultural e como ela é veiculada e/ou classificada pelos historiadores – por ofício – da educação. Ao definir os objetos e métodos da história cultural retoma reflexões realizadas nas atas do Colóquio Franco-Húngaro de Tihany sobre “Objetos e métodos da história da cultura”, realizado em 1977, tendo Le Goff como um de seus principais direcionadores. Entre outras classificações define os intelectuais como uma indicação temática onde o objetivo seria analisar “[...] seu papel/função como difusores da cultura e a sua realização/concretização” (Falcon, 2006, p. 9). Ou seja, o papel do intelectual é fruto da vivência conjuntural e, conseqüentemente, afetará aqueles que compõem o campo em que transitam. Após estas considerações, partimos para a compreensão de conceitos possibilitadores da construção de trajetórias intelectuais.

História de vida e dos acontecimentos: a construção de uma trajetória intelectual

A partir da compreensão dos sujeitos como difusores da cultura e agentes conformadores dos campos aos quais pertencem, recorreremos ao sociólogo Pierre Bourdieu para auxiliar na construção de uma trajetória intelectual. Por meio do espaço cultural é possível analisar as relações estabelecidas entre os agentes sociais, e o período em que os intelectuais atuam. Certificamos que uma trajetória intelectual tem o intuito de “[...] descrever a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 2016, p. 81). Além disso, os acontecimentos “[...] definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (Bourdieu, 2016, p. 82)”.

Não é possível compreender uma trajetória intelectual sem antes entender o campo ao qual determinado agente pertence. Dessa maneira, podemos notar que os campos “[...] se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (Bourdieu, 2003, p. 119-120).

De acordo com o sociólogo, ao voltarmos nossa atenção a um campo descobrimos especificidades sobre ele, por isso afirma que “[...] em cada campo se encontrará uma luta, [...] entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (Bourdieu, 2003, p. 119-120). A noção de campo é elaborada para superar ou evitar uma relação imediata e direta entre a posição social de um agente e sua ação prática, ou seja, evitar a relação entre a origem, a trajetória social e o conteúdo de sua ação ou conduta como algo dado, determinado, natural e imutável. Esta afirmação se funda na concepção de que o capital (econômico, cultural, simbólico e social) é utilizado e produz ganhos diferentes de acordo com o espaço no qual é mobilizado.

Ao avaliar as relações que os sujeitos realizam dentro do campo, a forma como transitam em seu interior e como ele se estrutura, é possível destacar por qual capital, específico, lutam. Para isso, sobre formas de capital, Pierre Bourdieu (2003) aponta alguns conceitos: capital econômico, que diz respeito aos fatores econômicos; capital cultural, que se refere às qualificações intelectuais do sujeito; capital social, que se refere ao trato das relações e movimentos no âmbito social; e, o capital simbólico, que por sua vez está ligado ao prestígio da posse, ao reconhecimento do sujeito no ambiente onde ele está inserido.

O capital, principalmente quando acumulado, dentro do campo, é determinado por certo *habitus* e pode ser definido como:

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 2009, p. 87).

Sendo assim, entendemos por *habitus* um produto das relações sociais, algo que fica intrínseco ao sujeito à medida que é incorporado a partir das relações que ele tem com o campo e seus integrantes, sejam eles de relações familiares, escolares, trabalhistas. Por meio do *habitus* incorporado, no seio familiar ou no convívio social, é possível observar a forma como o agente se apropria – ou não – de um capital cultural com o intuito de transitar em campos de atuação. Na análise de Dosse (2007), Pierre Bourdieu reintroduziu o conceito de *habitus* “[...] a fim de deslocar a atenção das regras para as práticas dos sujeitos, e enfatizar que a ação não é a execução automática de

uma regra, que há condições de possibilidades das práticas, embora isso não queira dizer que o sujeito tenha livre-escolha de suas estratégias” (Dosse, 2007, p. 183).

As ações práticas de um mesmo agente são objetivamente harmonizadas entre si sem que isto represente uma busca intencional por coerência, e são similares às práticas de outros agentes da mesma classe. Isso confere ao *habitus* o papel de unificar e homogeneizar as práticas e os julgamentos de agentes da mesma classe social, embora isso não signifique dizer que há determinismo absoluto, mas há a previsibilidade a partir da posição social do agente que implica,

[...] a relação que se estabelece entre os agentes singulares, e, portanto, seu *habitus*, e as forças do campo, relação que se objetiva em uma trajetória e em uma obra. Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc. (Bourdieu, 1996, p. 72).

A proposta para entender os múltiplos condicionantes entre os sujeitos de ação e as posições de poder devem ser vistas a partir do campo ao qual tais premissas são elaboradas (BOURDIEU, 2003). Carlos Eduardo Vieira (2008, p.16) enfatiza que Pierre Bourdieu, estudioso dos temas relacionados à dominação, controle, formação e internalização de formas de pensar e agir, associa os intelectuais a dois comportamentos, sendo eles:

[...] a autolegitimação dos cultos, em sentido *stricto*, pela afirmação de critérios de classificação e de distinção capazes de justificar a hierarquização das posições ocupadas e a distribuição do poder no campo intelectual; e, em sentido *lato*, a reprodução das relações de dominação em função da convergência de interesses entre os detentores de capital cultural, político e econômico.

A reprodução social está apoiada entre a dominação econômica, política e cultural; entre estruturas mentais/simbólicas e estruturas sociais. Para o autor, o poder simbólico é capaz de transformar o capital econômico em capital cultural. Vieira (2008) assegura que o sociólogo francês realiza uma leitura das relações de poder que supera a tese da determinação estrutural e a tese culturalista da imposição ideológica (Bourdieu, 2003).

Os parâmetros metodológicos⁵ demonstram que as relações entre estrutura econômica e bens simbólicos estão interligadas à medida que agem, de forma impositiva, em espaços considerados “imunes”, como campo da ciência, da arte e da educação. Neste sentido,

[...] a crítica às posições do homo academicus escapa à ideia de conspiração das elites contra o povo, à proporção que sustenta a opacidade e a eufemização dos mecanismos de controle e de dominação presentes nas tradições acadêmicas, literárias e científicas. O processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internaliza esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por consequência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito (Vieira, 2008, p. 17).

Destacamos que os intelectuais, na teoria bourdieusiana, são produtores do capital simbólico à medida que expressam, por meio de suas ações político-institucionais e posicionamentos no quadro social, interesses particulares e específicos lutando pelo monopólio da produção do capital simbólico. Para Vieira (2008), Pierre Bourdieu oferece à história intelectual duas premissas: a de que a história das ideias não se separa das ciências e de que a arte da história social, bem como seus *habitus* e campos, só podem ser interpretadas à luz da construção de seu processo histórico formativo. Bonnewitz (2003) indica que, durante a vida, somos capazes de acreditar que já nascemos ou herdamos determinadas características, no entanto elas são produtos do *habitus* incorporado no seio dos convívios estabelecidos ao longo de nossa existência.

No aspecto bourdieusiano, a trajetória deve ser compreendida no interior de um campo, onde por meio dos desenvolvimentos simbólico, cultural, econômico e político os sujeitos se movimentam. Consonante a esta afirmação, defendemos a necessidade em compreender os estratos sociais aos quais favoreçam os intelectuais pesquisados, ou seja, em quais campos estavam inseridos e quais capitais foram capazes de acumular se cultural, simbólico, pois,

[...] quanto mais um intelectual é dotado de capital simbólico específico, mais ele é capaz de definir, ele próprio, as modalidades de seu engajamento, independentemente das concepções heterônomas do papel social dos intelectuais impostas pelo campo do poder ou pelos partidos políticos que tentam captar este capital simbólico em proveito próprio. É a figura do “intelectual crítico”, que tende a universalizar os valores específicos do campo intelectual (Sapiro, 2012, p. 24).

⁵ Para Bourdieu o método é “...antes de tudo um ‘ofício’, um *modus operandi*, que está presente em cada uma das peças do seu trabalho” (Bourdieu, 2004, p. 184-185).

Segundo o francês Jean-François Sirinelli, dois fenômenos circundam a história intelectual e ambos de acepções bem diferentes. O primeiro a ser considerado se remete ao status da história política de um passado próximo; enquanto, no segundo - especificamente - trata-se de um problema da história dos intelectuais na cidade, enquanto pertencentes aos locais e espaços sociais (Sirinelli, 2003).

A historiografia despertou um grande interesse pelas “massas”, local não adequado ao convívio dos intelectuais; pois eles eram em números reduzidos e pertenciam às elites “[...] por muito tempo confinadas, em reação contra a história ‘positivista’ [...]” (Sirinelli, 2003, p. 235). Em 1934 - na *Maison des Syndicats de Bourges* - o Comitê de Ação Antifascista e de Vigilância, com em média 15 pessoas presentes, professores discutiam sobre o que é ser um intelectual e as questões giravam em torno de: “[...] ‘um professor primário é um ‘intelectual’? E um oficial? A partir de que posto? E um padre? E alguém que vive de renda?’ Enfim, foi dada a resposta: ‘É uma questão de qualidade humana’” (Sirinelli, 2003, p. 241).

Sirinelli explana que quem trabalha com intelectuais pode, por vezes, sofrer da síndrome do mineiro; e, para isso, exemplifica utilizando Tocqueville: “[...] eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro” (Sirinelli, 2003, p. 244-245). Para o autor, o trabalho com intelectuais leva, sem possibilidades contrárias, a um trabalho exaustivo e muitas vezes direcionando o pesquisador a lidar com textos, impressos, opiniões e muitos fatores que favoreçam um trabalho desgastante e muitas vezes penoso.

Para que a organização de uma pesquisa intelectual, sobretudo tratando-se de trajetórias, se consolide é imprescindível que se analise a noção de rede sociabilidade. Os percursos políticos devem fornecer informações para a construção de um mapa que auxilie na compreensão de engajamento dos intelectuais. Sirinelli (2003, p. 246) aborda sobre a condição da limitação ao explorar trajetórias que em muitos casos são enfatizados grandes nomes da história, ou grandes intelectuais; enquanto, se descermos “[...] até o estrato intermediário dos intelectuais” encontraremos muitas possibilidades de estudo, ao visualizar pensadores que - não necessariamente - tiveram destaque; mas que contribuíram para a construção da história e tiveram grande parcela de influência cultural ou política.

Quando nos deparamos com o conceito desenvolvido por Sirinelli (2003) de “despertador”, entendemos um intelectual que possa ter servido para despertar, acordar ou modificar estruturas políticas, sociais ou culturais mesmo após sua existência. Na condição de um dos principais pesquisadores de redes de sociabilidade

afirma que as abordagens sociológicas podem, de certa forma, encontrar muita dificuldade ao pensar o meio intelectual quando corre o risco de falsear a realidade. Indica Pierre Bourdieu, e seus seguidores, como um exemplo quando confirma que “[...] uma análise sociológica dos modos de produção social das opiniões e dos gostos [...] pode revelar-se proveitosa” (Sirinelli, 2003, p. 247). É com base na movimentação do intelectual organizado em rede, de acordo com seus interesses e ligações com sujeitos que compõem o seu campo, que sugerimos que sejam analisados os intelectuais.

É válido ressaltar que nossa preocupação, nestes apontamentos, não foram acerca da escrita biográfica. Entendemos ser imprescindível esclarecer a respeito do estudo de uma trajetória intelectual – como explicitado com tantas referências acima – e de uma biografia intelectual. Silva (2003, p. 20) afirma que após ter sido vista como gênero insignificante da história, por 50 anos, pelos *Annales*, a partir dos anos 1980 é retornada a produção intelectual de biografias. Segundo a autora, com a crise do determinismo econômico e social “[...] a estrutura, o coletivo e o inconsciente cedem lugar à volta do indivíduo, da ação e dos fenômenos intencionais”. Com base nisso, Borges (2014, p. 213-214, grifos do autor) organiza quatro tipos de abordagens biográficas:

Prosopografia e a *biografia modal*: sobre um caso modal, ou seja, aquele caso que ilustra formas típicas de comportamento de certo tempo e espaço; *biografia e contexto*: aquela que procura tornar a pessoa —normal— reconstituindo o meio em torno do indivíduo; *biografia e os casos extremos*: é o personagem não representativo, singular para sua época, o exemplo mais claro e conhecido personagem *Menocchio* de *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, um dos marcos iniciais da chamada —micro stória— (micro—história italiana); *biografia e hermenêutica*: ligada à Antropologia, não há preocupação em escrever uma biografia tipo tradicional: esse tipo de trabalho entre antropólogos é alternância contínua de perguntas e respostas no seio de uma comunidade em torno da questão de uma vida particular – o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo, o ato biográfico assumindo assim infinitos significados.

Também ao definir e classificar tipos de biografias, François Dosse, em *O Desafio Biográfico, escrever uma vida* (2015) também faz uma análise dos tipos de biografia e defende, em harmonia com Silva (2003), que Febvre⁶ foi o pioneiro na defesa de um

⁶ Lucien Febvre, conhecido como um dos principais e primeiros fundadores da revista *Annales* emergiu nesta temática colocando a biografia histórica em discussão. Ao elaborar e construir as biografias de Lutero e Rabelais, Febvre os colocou como personagens que estavam a frente de seu tempo, ou seja, intelectuais que ultrapassavam os limites de discussões de suas épocas ou

projeto biográfico levando em conta a importância em considerar – para além da vida do sujeito os acontecimentos a sua volta. O pensar e o existir “[...] devem ser retomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos, aquilo que os psicanalistas chamam de atenção flutuante ao sujeito biografado” (Dosse, 2015, p. 369). No que diz respeito ao envolvimento do biógrafo com o biografado, esta relação tênue é fundamental para o desenvolvimento do trabalho; principalmente numa biografia intelectual, onde é necessária - até - mesmo uma ponta de empatia para com aquele que está em questão. Os estruturalistas diriam que a escrita biográfica não existe, ela pode ser a simpatia expressa de alguém por outrem (Dosse, 2015).

A “revalorização do indivíduo” é que faz emergir – uma vez mais – a biografia na historiografia francesa dos anos 1980-1990. Passam, a partir de então, a não tratar mais – apenas – de heróis ou figuras conhecidas pela história oficial, a história intelectual passa a dar, também, vida aos desconhecidos. A partir de então, não se trata mais apenas de seguir “[...] as regras tradicionais da biografia, de narrar de maneira linear e cronológica a vida de um personagem intelectual, mas de buscar nessas trajetórias individuais, imbricadas à própria história intelectual, “os sentidos de uma vida” (Silva, 2003, p. 21).

François Dosse pode ser utilizado como exemplo de pesquisador deste novo modelo de biografia, pois realizou um trabalho biográfico com Ricoeur, sistematizou tal construção estudando os lugares da memória: cidades onde o biografado lecionou, as universidades onde ensinou, grupos intelectuais por onde transitou, apresenta pluralidade de percursos intelectuais e as múltiplas apropriações por eles suscitados. Já na construção biográfica de Certeau, Dosse procura destacar os caminhos que o conduziram a ultrapassar fronteiras, buscar o outro e a rejeitar todo reducionismo próprio a uma atribuição identitária (Silva, 2003).

Então podemos entender que a nova⁷ “paixão biográfica” não é mais oriunda de recortes sobre obras, ou sobre fatos da vida de um biografado, mas uma nova

sociedades. Ainda com tais considerações, o século XX é marcado por pouca atenção à história biográfica (DEL PRIORE, 2009).

⁷ Diz “nova paixão biográfica”, pois recorrendo à história, como marco biográfico, Del Priore (2009, p. 07) aborda que nos séculos XII e XIII os santos “saem dos monastérios”, são mostrados aos leigos por meio de suas biografias tornam-se heróis e mensageiros de valores positivos (Del Priore, 2009). Mas, o que ilustra a “tendência” biográfica são os séculos seguintes, onde escrever sobre vidas tornou-se moda, memorialistas do Antigo Regime construíram a imagem do mundo e de si próprio. No século XVIII o herói do medievo é substituído pelos homens que tiveram uma história social, não necessariamente na posição de personagem principal, mas, como útil à sociedade.

preocupação pelo estudo da singularidade com atenção aos fenômenos emergentes que a traçaram e deram sua complexidade, é impossível reduzi-los a estruturas engessadas e sem ligação com o social (DOSSE, 2015). Nos anos 1970, e principalmente em meados da década de 1980, é que esta temática ganha vida e passa a ser discutido o fim da rejeição à biografia histórica, François Dosse anuncia uma “idade hermenêutica”.

O fenecimento das análises marxistas e deterministas, que engessaram por décadas a produção historiográfica, permitiu dar espaço aos atores e suas contingências novamente. Foi uma verdadeira mudança de paradigmas. A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas (Del Priore, 2009, p. 9).

Consideramos que a escrita da história é delineada da forma como o autor observa e aborda o passado. Bloch (2001) defende que não é dever do historiador julgar o que passou de acordo com os princípios do atual momento em que se encontra, mas, sim, interpretá-lo na conjuntura a qual se deu tal acontecimento histórico. Portanto, a função primordial do historiador é compreender. Assim, como é necessário conhecer os métodos críticos da ciência moderna para interpretá-la historicamente, da mesma forma, é preciso conhecer os tipos de análise empregados pelos estudiosos modernos de humanidades para abordar a produção cultural não científica do século XX (Schorske, 1988).

Considerações finais

Na perspectiva bourdieusiana, a construção de uma trajetória intelectual é analisada “[...] como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espalho que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 2009, p. 190). Analisar uma trajetória intelectual necessita utilizar enfoque amplo, pois se preocupa em enfatizar como - por meio do *habitus* incorporado pelo campo de vivência - o agente social organizou-se para agir nos meios de seus interesses.

Consideramos que “[...] tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só [...]”, pode ser “[...] tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...]” (Bourdieu, 2016, p. 81), ou seja, ponderar a matriz que norteou as relações e como ela se empreende nas mais variadas situações e campos. Dessa forma, torna-se fundamental avaliarmos as disposições de origem social para compreensão de uma trajetória intelectual. Os múltiplos condicionantes

que circundam um engajamento intelectual no espaço social são necessários para analisarmos e avaliarmos as ações individuais e coletivas, exercidas pelo agente no campo em questão. Reiteramos a importância do pesquisador considerar as origens e fatores que possam ter impulsionado as ações dos agentes, pois “[...] as mesmas disposições podem conduzir, assim, a tomadas de posição estéticas ou políticas muito diferentes segundo o estado do campo com relação ao qual têm de determinar-se” (Bourdieu, 1996, p. 299).

Por fim, para articular uma trajetória intelectual é necessário – indispensavelmente – considerar o campo de desenvolvimento do agente estudado. Analisar suas disposições pessoais e institucionais é fundamental à compreender qualquer atuação, por esta razão nosso esforço foi o de ir além da interpretação de produções biográficas. Compreender uma trajetória intelectual consiste em analisar a personalidade de um indivíduo, avaliá-lo como produtor de suas práticas e direcionador de seus atos.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**; Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1997.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 203-231.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119 – 126.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**; Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2016.

CAMPOS, Névio de. HISTÓRIA INTELLECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL: UM RECORTE EM ROGER CHARTIER. **Revista eletrônica Documento/Monumento** – Vol. 16, n. 1 (dez 2015). Cuiabá: UFMG, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral. Acesso realizado em 12 ago. 2020.

DEL PRIORI, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v.10, n.19, p. 7-16, jul-dez. 2009. Acesso realizado em 12 ago. 2020.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**; tradução Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral; Bauru, SP: Edusc, 2007.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: Escrever uma Vida; tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação** – Vol. 11, n. 32 (maio/ago - 2006). Acesso realizado em 12 ago. 2020.

LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Tereza C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 25-39.

LOPES, Marcos A. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 39-47.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**. V.9, n.17, jan/jun, 2012, p. 19-50. Acesso realizado em 12 ago. 2020.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Helenice R. da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-24.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007. Acesso realizado em 12 ago. 2020.

VIEIRA, Carlos E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, p. 63-86, jan./abr. 2008. Acesso realizado em 12 ago. 2020.